



# Demonstrações Financeiras

## 31 de dezembro de 2022

CNPJ: 27.097.229/0001-42



Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos – Auditados.

		2022	2021
<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.284.500,94</b>	<b>6.423.357,28</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>4.471.344,80</b>	<b>4.629.457,31</b>
Caixa		3.354,49	3.414,49
Bancos c/c sem Restrições		177.873,88	354.161,75
Bancos c/c com Restrições		4.290.116,43	4.271.881,07
<b>Créditos receber</b>		<b>2.723.729,72</b>	<b>1.700.121,74</b>
Adiantamento a Funcionários		4.345,65	606,00
Convênios Públicos	8	2.719.384,07	1.699.515,74
<b>Estoques</b>		<b>89.426,42</b>	<b>93.778,23</b>
Almoxarifado Estoque Hospital	9	89.426,42	93.778,23
Despesas Antecipadas Vale Transporte		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>24.622.689,63</b>	<b>21.241.055,42</b>
<b>Imobilizado</b>	10	<b>24.622.689,63</b>	<b>21.241.055,42</b>
Bens sem Restrição		17.527.552,34	14.737.620,02
Bens com Restrição		12.948.317,40	11.771.180,98
(-) Depreciação		<b>-5.853.180,11</b>	<b>-5.267.745,58</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>31.907.190,57</b>	<b>27.664.412,70</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>10.723.659,73</b>	<b>7.349.602,95</b>
Fornecedores de bens e serviços	11	99.048,45	65.593,13
Obrigações com Empregados	12	946.777,49	708.935,25
Encargos Sociais	13	374.640,26	190.926,74
Obrigações Tributárias	14	143.221,91	35.435,45
Recursos de Convênios em Execução	15	9.037.069,32	6.217.244,68
Contas a Pagar	16	122.902,30	131.467,70
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>13.426.563,56</b>	<b>13.249.976,55</b>
Empréstimos e Consignações	17	12.863,00	12.887,22
Parcelamentos tributários	18	16.213,21	57.674,47
Processos Judiciais / tributários	19	13.397.487,35	13.179.414,86
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	20	<b>7.756.967,28</b>	<b>7.064.833,20</b>
Patrimônio Social		7.064.833,20	13.293.097,03
Superávit ou Déficit Acumulado		692.134,08	<b>-6.228.263,83</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>31.907.190,57</b>	<b>27.664.412,70</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos – Auditados.

DESCRIÇÃO	Notas	SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO	2022	2021
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>						
<b>RECEITAS SEM VICULOS CONVÊNIOS</b>						
Receitas - doações/contribuições		3,39	106.455,72	2.747.571,41	2.854.030,52	1.076.502,70
Prestação serviços			156.316,24		156.316,24	65.399,88
Receitas agropecuárias/locação				87.774,61	87.774,61	110.632,57
Gratuidades financeiras - bolsas de estudo				17.140.744,18	17.140.744,18	12.980.995,73
Receitas Serviços Voluntarios/outras				64.583,66	64.583,66	2.970,67
( - ) Bolsas integrais - 100%				-17.140.744,18	-17.140.744,18	-12.980.995,73
		<b>3,39</b>	<b>262.771,96</b>	<b>2.899.929,68</b>	<b>3.162.705,03</b>	<b>1.255.505,82</b>
<b>RECEITAS COM CONVÊNIOS PUBLICOS</b>						
SUS / OUTRAS			1.696.592,71		1.696.592,71	1.767.661,56
Poder Público Municipal		1.026.999,95	5.586.859,63	2.853.258,22	9.467.117,80	8.629.267,58
Glossas DODE					0,00	0,00
Governo Federal Emendas			647.278,48		647.278,48	281.100,00
Governo do Estado			50.920,00	12.780.309,55	12.831.229,55	9.916.832,92
		<b>1.026.999,95</b>	<b>7.981.650,82</b>	<b>15.633.567,77</b>	<b>24.642.218,54</b>	<b>20.594.862,06</b>
<b>TOTAL RECEITAS PERÍODO</b>		<b>1.027.003,34</b>	<b>8.244.422,78</b>	<b>18.533.497,45</b>	<b>27.804.923,57</b>	<b>21.850.367,88</b>
<b>CUSTOS</b>						
Sem vínculo convênios			367.444,45	1.899.809,39	2.267.253,84	1.260.912,60
Vinculados convênios públicos		993.812,49	8.173.820,61	15.286.935,95	24.454.569,05	19.422.113,78
		<b>993.812,49</b>	<b>8.541.265,06</b>	<b>17.186.745,34</b>	<b>26.721.822,89</b>	<b>20.683.026,38</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>						
<i>Despesas administrativas</i>		18.556,20	429.268,32	432.973,27	880.797,79	7.398.632,90
<i>Despesas tributárias</i>			12.414,29	19.524,69	31.938,98	6.408,86
		<b>18.556,20</b>	<b>441.682,61</b>	<b>452.497,96</b>	<b>912.736,77</b>	<b>7.405.041,76</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO</b>						
Receitas financeiras		5.925,08	44.276,57	499.974,69	550.176,34	122.159,79
Despesas financeiras		-18,00	-14.524,14	-13.864,03	-28.406,17	-112.728,36
		<b>5.907,08</b>	<b>29.752,43</b>	<b>486.110,66</b>	<b>521.770,17</b>	<b>9.431,43</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO</b>		<b>20.541,73</b>	<b>-708.772,46</b>	<b>1.380.364,81</b>	<b>692.134,08</b>	<b>-6.228.268,83</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos – Auditados.

Histórico	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit Acumulado	Total do Patrimônio Social
Saldo em 31/12/2021	13.293.097,03	-6.228.263,83	7.064.833,20
Deprecia�o de imóvel recebido em doa�o			0,00
Reservas de Reavalia�o Bens Imoveis			0,00
Ajuste de Exercicio Anteriores			0,00
Redu�o de Patrim Social (entrada déficit)			0,00
Destina�o do Superávit	-6.228.263,83	6.228.263,83	0,00
Déficit do Exercício		692.134,08	692.134,08
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>7.064.833,20</b>	<b>692.134,08</b>	<b>7.756.967,28</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.



## Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos – Auditados.

	2022	2021
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Superávit (Déficit) do período</b>	692.134,08	-6.228.263,83
Ajustes por:		
Mais: Depreciações	585.434,53	426.775,66
Menos: Lucro na Venda de Imobilizado		
<b>Superávit (Déficit) ajustado</b>	<b>1.277.568,61</b>	<b>-5.801.488,17</b>
<b>Diminuição (aumento) nos Ativos</b>		
Adiantamento a Empregados	-3.739,65	-606,00
Estoques	4.351,81	-42.087,25
Despesas Antecipadas Vale Transportes	-1.772,04	1.772,04
Convênios a Receber	-1.019.868,33	464.421,55
<b>Aumento (diminuição) nos Passivos</b>		
Fornecedores de bens e serviços	33.455,32	32.993,92
Obrigações com empregados	237.842,24	62.458,19
Encargos Sociais	183.713,52	-240.177,22
Obrigações Tributárias	107.786,46	13.580,65
Recursos de Convenio e Execução	2.819.824,64	1.877.832,62
Contas a Pagar	-8.565,40	131.467,70
Emprestimos e Consignações	-24,22	12.887,22
Parcelamentos Tributários	-41.461,26	-177.676,26
Processos Tributários	218.072,49	6.920.410,23
	2.529.615,58	9.057.277,39
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais</b>	<b>3.807.184,19</b>	<b>3.255.789,22</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Recebimento pela Venda de Imobilizado	17.772,04	0,00
Pagamento pela Compra de Imobilizado	-3.983.068,74	-878.959,11
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Investimentos</b>	<b>-3.965.296,70</b>	<b>-878.959,11</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Pagamento de Empréstimos	0,00	0,00
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Financiamentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Aumento (diminuição) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>-158.112,51</b>	<b>2.376.830,11</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.629.457,31	2.252.627,20
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4.471.344,80	4.629.457,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

Exercícios findos em 31 de dezembro, valores em reais até centavos –

### **1. A Entidade e suas Atividades**

**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES**, fundado em 26 de abril de 1968, com foro e sede na Cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como atividade a prestação de serviços educacionais, sociais e também na área de saúde. que será regida pelos presentes Estatutos. Seu órgão soberano é a Assembleia Geral constituída por seus Associados, que compõem sua Junta Diretora. A Entidade tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana. Gratuitamente, promove a educação e desenvolve a cultura, através da ação comunitária, numa ampla atividade inerente ao interesse da agricultura, e principalmente no que concerne à elevação social do agricultor, do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico. (artigo 4 do Estatuto aprovado e devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Anchieta), conforme descrevemos na íntegra e desenvolve as suas atividades no estado do Espírito Santo, sendo reconhecida como entidade de Utilidade Pública municipal, estadual e federal, além de ser certificada pelo CNAS/CEBAS.

Esta certificação confere a Entidade os benefícios fiscais de imunidade do imposto de renda (com base no Artigo 150 da Constituição Federal) e isenção da contribuição social sobre o superávit, da cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (com base na Lei nº 8.212/91).

Para a consecução dos seus objetivos sociais, a entidade recebe contribuição, principalmente de órgãos públicos, desenvolvendo projetos nos campos educacional, comunitário, cultural e assistencial.



A Entidade mantém as seguintes Instituições:

Na área de saúde:

- Centro Comunitário de Saúde.

Na área educacional:

- Efa de Olivânia;
- Efa de Alfredo Chaves;
- Efa de Rio Novo do Sul;
- Efa de Campinho;
- Efa de Jaguaré;
- Efa de São Mateus – KM41;
- Efa do Bley;
- Efa Rio Bananal;
- Efa de Pinheiros;
- Efa de Boa Esperança;
- Efa de Vinhático;
- Efa de Chapadinha;
- Efa de Garrafão;
- Efa de Marilândia;
- Eftur;
- Efa de Castelo;
- Efa de Belo Monte;
- Efa de Cachoeiro;
- Creches;
- Efa Ibitirama.
- Efa de Barra de São Francisco.

Na área de assistência social:

- Centro de Formação;
- Centro de Saúde;
- Área social comunidade local.



## 2. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base na ITG 2002 e NBC TG 1000, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

As Demonstrações Contábeis perfilam as práticas contábeis adotadas no Brasil, voltada para as entidades sem fins lucrativos. As principais práticas adotadas são assim resumidas:





**a. Receitas e Despesas:**

Critérios de apuração de receitas e despesas – por regime de competência respeitando o previsto na ITG 2002 R1, sendo contabilizadas por regime de caixa apenas as receitas sem provável certeza de recebimento.

Os investimentos sociais são objeto de análise e aprovação da Junta Diretora.

**b. Caixa e equivalentes de caixa:**

Estão representadas pelos recursos disponíveis em caixa, conta correntes e aplicações financeiras. A entidade trabalha com cheque. O Saldo de caixa é para pagamento de pequenas despesas, cujo ressarcimento se opera através de nova emissão de cheque.

As aplicações financeiras estão demonstradas na conta Bancos, pelo valor de aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriadas até a data do Balanço, com base no regime de competência.

**c. Imobilizado:**

Os bens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear e as taxas anuais utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com a NBC TG 27 (R3).

**d. Obrigações trabalhistas:**

As provisões de férias e de 13º salário são constituídas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data das demonstrações contábeis, incluindo os correspondentes encargos sociais incidentes.

**e. Doações:**

As doações recebidas são em sua maioria provenientes de pessoas físicas e são destinadas a projetos específicos. As doações sob a forma de serviços são registradas como receita de doações e, ao mesmo tempo, como custo dos respectivos projetos.

**f. Patrimônio Social:**



Esse saldo é representado pelo patrimônio inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, após aprovação da Assembleias de associados.

**g. Superávits e Déficits:**

Os superávits e déficits são registrados em conta própria de resultado e após aprovação pelas assembleias dos associados, são transferidos para a conta “Patrimônio Social”.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**4. Investimentos sociais**

Os investimentos sociais somaram em 31.12.21 R\$ 20.683.026,38, os quais foram aplicados em projetos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2022	2021
Assistência Social	993.812,49	1.014.730,28
Educação	17.186.745,34	12.688.220,29
Saúde	8.541.265,06	6.980.075,81
<b>Total de Investimentos</b>	<b>26.721.822,89</b>	<b>20.683.026,38</b>

**5. Receitas de Doações**

As receitas de doações provêm das seguintes fontes:



Descrição	2022	2021
Doações Pessoas Físicas	433.855,17	189.051,72
Contribuições dos Pais na Alimentação	79.906,25	47.864,26
Doações Associações	991.611,23	646.565,82
Receitas Parceiros do MEPES Entidades	29.228,01	155.113,79
Doações de Gêneros Aliment/Medica CCS	6.113,75	27.272,28
Doações – CCS – Bazar	33.130,00	10.425,00
Doações Eventos	75.325,42	892,00
Doações de Bens SEAG	1.175.806,45	
<b>Total das Doações</b>	<b>2.824.976,28</b>	<b>1.077.184,87</b>

As referidas receitas foram aplicadas em programas distintos, para os quais foram desenvolvidos diversos projetos.

## 6. Receitas de Serviços Voluntárias / Outras

As receitas oriundas são discriminadas assim:

Descrição	2022	2021
Doações Serviços Voluntários	64.583,66	64.583,66
<b>Total Receitas Serviços / Outras</b>	<b>64.583,66</b>	<b>64.583,66</b>

## 7. Receitas de Prestação de Serviços e Agropecuárias

As receitas de prestação de serviços são oriundas do centro comunitário de saúde, esses valores são todos aplicados em projetos destinado a comunidade local para a manutenção do hospital, as receitas agropecuárias são provenientes das atividades de



campo das Efas executadas pelos próprios alunos, os recursos são destinados a projetos na comunidade e manutenção da Efa, e receitas de locação referente ao espaço do centro de formação e salas do centro comunitário de saúde.

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços Hospitalares	156.316,24	65.399,88
Receitas Agropecuárias	17.350,00	101.032,57
Receitas de Locação	70.424,61	9.600,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>244.090,85</b>	<b>176.032,45</b>

## 8. Convênios Públicos

Os convênios públicos a receber no valor de R\$ 2.719.384,07 (Dois Milhões, Setecentos e Dezenove Mil, Trezentos e Oitenta e Quatro Reais e Sete Centavos), que será recebido no ano seguinte, conforme quadro abaixo:

Convênios a receber	Valor
Prefeitura Municipal de Anchieta (Oliv	190.736,62
Prefeitura Municipal de Anchieta (Creches	986.948,63
Prefeitura Municipal de Castelo	160.000,00
Termo SEDU MEPES	200.917,16
Prefeitura Municipal de Anchieta (Hosp	1.047.118,79
Prefeitura Municipal de Nova Venecia	25.833,37
Prefeitura Municipal de Boa Esperança	100.000,00
Prefeitura Municipal de Pinheiros	7.829,50
<b>Total Convênios a Receber</b>	<b>2.719.384,07</b>

## 9. Estoques



Os Estoques com saldo de R\$ 89.426,42 (oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), referente compra de remédios e medicamentos e outros materiais, conforme controle de estoque do Centro Comunitário de Saúde, que ficou no estoque para serem utilizados no ano seguinte.

## **10. Imobilizado**

As contas de investimentos totalizaram um valor final de R\$ 24.622.689,63 (vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e três centavos).

O valor das despesas com depreciação anual totalizou o montante de R\$ 585.434,53 (quinhentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos), registrado na conta despesas não operacional, soma-se obra doada e incorporada no ativo imobilizado do MEPES, conforme consoante termo de compromisso de ajustamento de conduta entre os compromissados: MPE-SEAMA-IEMA-CESAN-PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA-SAMARCO, e como comprometente beneficiado o MEPES, consoante cláusula 2.20 do mesmo documento datado de 05/05/2005 aditado no dia 27/10/08. No dia 29/04/12 o hospital de Anchieta foi reinaugurado e entregue ao MEPES, segundo o MPE, no seu boletim site [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br), o custo da reforma alcançou o valor de R\$ 8.100.000,00, no ano de 2013, transferido para conta de Edificações do ativo imobilizado.

O imobilizado foi feito o teste de impairment onde não foi identificado perda por redução do valor recuperável, conforme planilha de apuração do teste, não ocasionando perdas por desvalorização.



Descrição	Custo	Baixa Depreciação	Adições	Baixas	2022	2021
Imóveis	11.136.836,91				11.136.836,91	11.136.836,91
Móveis e Equipamentos	5.483.351,25		2.806.542,30		8.289.893,65	5.483.351,25
Veículos	1.240.382,37		1.154.791,20	16.000,00	2.379.173,57	1.240.382,37
Biblioteca	548.230,47				548.230,47	548.230,47
Edificações	8.100.000,00				8.100.000,00	8.100.000,00
<b>Total do Investimento</b>	<b>26.508.801,00</b>				<b>30.454.134,60</b>	<b>26.508.801,00</b>
( - ) Móveis e Equipamentos (10%)	(3.629.869,41)	(485.144,83)		(5.735,24)	(4.109.279,00)	(3.629.869,41)
( - ) Veículos (20%)	(1.114.431,40)	(84.331,56)		(16.000,00)	(1.182.762,96)	(1.114.431,40)
( - ) Biblioteca (10%)	(523.444,77)	(15.958,14)			(539.402,91)	(523.444,77)
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>(5.267.745,58)</b>	<b>(585.434,53)</b>			<b>(5.831.444,87)</b>	<b>(5.267.745,58)</b>

## 11. Fornecedores

Na conta fornecedores a pagar, apresentamos o saldo a pagar da filial centro comunitário de saúde:

Descrição	2022	2021
<b>CENTRO COMUNITARIO DE SAUDE</b>	<b>99.048,45</b>	<b>65.593,13</b>
<i>Fornecedores de Mercadorias</i>	<i>99.048,45</i>	<i>58.953,91</i>
<i>Fornecedores de Serviços</i>	<i>0,00</i>	<i>6.639,22</i>

## 12. Obrigações com Empregados



As obrigações com empregados no valor de R\$ 946.777,49 (novecentos e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos) referem-se à salários, rescisão e provisões de férias do mês de dezembro/2022. Deste montante R\$ 886.647,15 (oitocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quinze centavos) refere-se ao Hospital e R\$ 60.130,34 (sessenta mil, cento e trinta reais e trinta e quatro centavos), das EFAS, Departamento Administrativo e Creches.

Descrição	2022	2021
<b>AUX CENTRAL</b>	<b>436,32</b>	<b>0,00</b>
<i>Férias a Pagar</i>	<i>436,32</i>	<i>0,00</i>
<b>HOSPITAL</b>	<b>886.647,15</b>	<b>648.238,30</b>
<i>Salários a pagar</i>	<i>258.289,23</i>	<i>226.538,55</i>
<i>Rescisões a Pagar</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Pensão Alimentar a Pagar</i>	<i>1.818,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Férias a pagar</i>	<i>626.539,92</i>	<i>421.699,75</i>
<b>CENTRO</b>	<b>1.077,72</b>	<b>0,00</b>
<i>Salários a pagar</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Férias a pagar</i>	<i>1.077,72</i>	<i>0,00</i>
<b>CRECHES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<i>Salários a pagar</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<b>AUXILIARES</b>	<b>58.616,30</b>	<b>60.696,95</b>
<i>Salários a pagar</i>	<i>9.723,33</i>	<i>26.249,14</i>
<i>Férias a pagar</i>	<i>48.892,97</i>	<i>34.447,81</i>
<i>Total das obrigações com empregados</i>	<b>946.777,49</b>	<b>708.935,25</b>

### 13. Encargos Sociais

Os encargos sociais sobre a folha de pagamento no valor de R\$ 373.454,29 (trezentos e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos).



<b>Tributo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Contribuição Sindical	7.256,10	2.044,37
FGTS	184.269,16	44.806,05
INSS	181.929,03	144.076,32
<b>Total Encargos</b>	<b>373.454,29</b>	<b>190.926,74</b>

<b>Unidade</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Hospital	84.422,56	68.345,85
Efas Professores	226.736,26	96.220,17
Efas Diretores	27.551,67	12.783,49
CFR e Aux Centr	236,34	78,49
Ef turismo	6.797,64	2.938,57
Creches	19.118,37	7.203,85
Efas Auxiliares	8.591,45	3.356,32
<b>Total Unidades</b>	<b>373.454,29</b>	<b>190.926,74</b>

#### 14. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias a recolher referente a (IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre folha de pagamento de salários) no valor total de R\$ 144.407,88 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sete reais e oitenta e oito centavos).

<b>Tributo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
IRRF	144.407,88	35.435,45

#### 15. Recursos de Convênios em Execução

Os Recursos de Convênios em Execução no valor de R\$ 9.037.069,32 (nove milhões, trinta e sete mil, sessenta e nove reais e trinta e dois centavos), que será recebido no ano seguinte, a partir do momento do recebimento e aplicação do recurso será transferido para a conta de receitas de convênios.



<b>Convênios a receber executar</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
SEDU – Governo do Estado	946.391,83	895.386,35
Prefeitura Municipal de Anchieta Olivânia	190.736,62	199.826,55
Prefeitura Municipal de Cachoeiro		
Prefeitura Anchieta CCS	563.347,82	1.013.419,79
Prefeitura Anchieta Creches	986.948,63	86.800,08
Prefeitura de Nova Venécia	25.833,37	
Prefeitura Municipal de Castelo	160.000,00	310.000,00
Convênio SEAG	478.221,50	49.346,16
Convênio Federal Emendas	652.295,63	725.982,83
Convênio Prefeitura de Pinheiros	7.829,50	7.829,50
Termo de Fomento Barra de São Francisco	160.595,07	
Termo SEDU Vinhatico		20.000,00
Termo Fomento SESA CCS	190.847,07	244.778,75
Termo Fomento Boa Esperança	100.000,00	
Termo SEDU MEPES	4.271.745,33	2.426.926,30
Termo de Fomento Sectides Eftur	259.911,02	197.033,94
Termo de Fomento Aderes Eftur	42.365,93	49.914,43
<b>Convênios a Executar</b>	<b>9.037.069,32</b>	<b>6.227.244,68</b>

## 16. Contas a Pagar

Nas contas a pagar, apresentamos o saldo a pagar da filial centro comunitário de saúde:

Descrição	2022	2021
<b>CENTRO COMUNITARIO DE SAUDE</b>	<b>122.902,30</b>	<b>131.467,70</b>
<i>Energia a Pagar</i>	28.102,30	28.102,30
<i>Pensão Judicial a Pagar</i>	0,00	1.365,40
<i>Serv. Honorários a Pagar</i>	19.800,00	30.600,00
<i>Processo Judicial a Pagar</i>	75.000,00	71.400,00



Referente a conta de energia em litígio judicial, conforme processo n. 001068-13.2019.8.08.0004, aguardando decisão judicial.

Pensão judicial a pagar, do mês de dezembro/2021, sendo pago no mês seguinte.

Serviços Honorários a Pagar e Processo Judicial a Pagar, trata-se de processo judicial 000015-68.2004.8.08.0021 -, condenado em 36 parcelas, sendo de R\$ 3.000,00, R\$ 2.100,00, para a parte e R\$ 900,00 sendo honorários contábeis -. R\$ 75.600,00, e R\$ 32.400,00, respectivamente, e processo 5004460-14.2022.8.08.0021 - Homologação de sentença - Joao Davi Pereira Lima Rodrigues; Luana Pereira Lima, Alexandre Rodrigues de Jesus, referente ação - Adv Roberto Porto, montante de R\$ 43.200,00 x 12 parcelas, R\$ 3.600,00, em 06/09/2022.

## 17. Empréstimos e Consignações

Na conta empréstimos e Consignações, apresentamos o saldo a pagar da filial centro comunitário de saúde, valor referente convênio com o Banco Banestes S/A, empréstimos dos funcionários que é descontado em folha de pagamento:

Descrição	2022	2021
<b>CENTRO COMUNITARIO DE SAUDE</b>	<b>12.863,00</b>	<b>12.887,22</b>
<i>Processo Judicial a Pagar</i>	12.863,00	12.887,22

## 18. Parcelamentos tributários

a. Parcelamento RFB referente a IRRF, PIS, conforme termo de consolidação do parcelamento, feito em 18/05/2017, no valor total de R\$ 118.818,57, referente IR do mês de setembro a dezembro/2016, e PIS no valor total de R\$ 16.912,79, do mês de setembro/2016 a dezembro/2016, mais juros/multas, totalizando o valor total de R\$ 169.647,30, divididos em 60 parcelas e 42 parcelas, conforme processo n. 10783-401.787/2017-73, liquidado no exercício de 2022.



b. Parcelamento RFB referente a IRRF, conforme termo de consolidação do parcelamento, feito em 29/07/2019, no valor total de R\$ 54.921,81, referente IR do mês de IRRF do mês de dezembro 2019, mais juros/multas, totalizando o valor de R\$ 67.822,94, divididos em 36 parcelas, conforme processo n. 10783-403.702/2019-53, liquidado no exercício de 2022.

c. Parcelamento RFB/PGFN referente a IRRF, conforme termo de consolidação do parcelamento, feito em 30/07/2020, no valor total de R\$ 54.204,94, referente IRRF do mês de dezembro 2020, mais juros/multas, totalizando o valor de R\$ 72.959,13, divididos em 36 parcelas, conforme processo n. 003620591, restando saldo de R\$ 16.213,21.

#### **19. Processos Judiciais Perda Provável**

Valor referente aos processos de levantamentos de INSS ocorridos no período de 2003 a 2007, provisionado no balanço patrimonial, que está em julgamento pela justiça - acordão, aguardando decisão final, cujo valor aproximado é de R\$ 6.259.004,63 (seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, quatro reais e sessenta e três centavos).

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, vem buscando esforços para a construção de acordos judiciais, que foi movida por empregados do quadro de professores através do Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo – SIMPRO, referente processo n. 0022500-60.2004.5.17.0151. A solicitação inicial a esse processo está em torno de R\$ 6.626.942,27 (seis milhões, seiscentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos).

Processo encontra-se na situação perda provável, a concretização das tratativas de acordos iniciadas após êxito parcial de recurso e onde vários empregados desistiram de mover a ação, está sendo realizada perícia, somente depois de encerrado a perícia, que poderemos definir o valor a ser executado, considerando as incertezas neste momento,



não podemos prever este valor, está sendo avaliados vários fatores, dentre os que podemos destacar, convenção coletiva da época, período trabalhado, várias desistências, entre outras, com base no parecer do jurídico, provavelmente irá ser gerada uma significativa e relevante economia para o patrimônio do Movimento De Educação Promocional do Espírito Santo, inclusive quanto às custas judiciais à luz da reforma trabalhista.

Processo Trabalhista n. 0022500-60.2004.5.17.0151, SIMPRO, sindicatos dos professores, na situação de perda provável, processo este em litígio judicial, aguardando tramite, provisionado nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 6.626.942,27, influenciando no resultado do exercício.

Processo Trabalhista n 0003470-26.2013.8.08.0021 – CCS, fase de Instrução, na situação de perda provável, processo este em litígio judicial, aguardando tramite, provisionado nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 10.976,10, influenciando no resultado do exercício.

Processo Trabalhista n 0002246-70.2014.8.08.0004– CCS, fase de Recursos, na situação de perda provável, processo este em litígio judicial, aguardando tramite, provisionado nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 100.000,00, influenciando no resultado do exercício.

INSS e FGTS períodos anteriores, aguardando parcelamento do centro comunitário de saúde, totalizando o montante sem acréscimos de R\$ 400.564,35 (quatrocentos mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), e Compromissário reconhece o dever de ressarcimento ao Compromitente do valor recebido a maior e apurado nos processos administrativos nº 1727/2019, 8099/2017, 19331/2016, 3782/2017, 14547/2017, 14430/2017, 1497/2022 e 8198/2022, perfazendo, com atualização e juros de mora incidentes até a presente data, R\$ 258.479,24 (duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos), conforme memória de cálculo elaborada pela Secretaria Municipal de Fazenda. O



Compromissário deverá efetuar o pagamento do valor indicado na Cláusula Primeira em até 60 parcelas mensais e consecutivas, iniciando a primeira até o dia 25/05/2022 e as demais até o dia 25 dos meses subsequentes, e sobre cada uma das parcelas deverá incidir correção monetária pelo índice IPCA-E.

Descrição	2022	2021
<b>HOSPITAL</b>	<b>400.564,35</b>	<b>182.491,86</b>
<i>INSS a recolher</i>	<i>71.647,05</i>	<i>71.647,05</i>
<i>FGTS a recolher</i>	<i>104.901,98</i>	<i>110.844,81</i>
<i>Processo PMA Devolução Conv CCS</i>	<i>224.015,32</i>	<i>0,00</i>

## 20. Patrimônio Social

O valor do saldo da conta Patrimônio Social é de R\$ 7.756.967,28 (sete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos), acrescido dos superávits, diminuído dos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, após aprovação da Assembleias de Associados.

## 21. Não remuneração dos administradores

A entidade não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.

Nem distribui a quem quer que seja dividendo, bonificações, participações nos resultados ou parcelas de seu Patrimônio Social.

A entidade teria um gasto adicional de R\$ 64.583,66 (sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos), por ano, tomando como base o salário referência em horas trabalhadas da diretoria da junta do MEPES, se não existissem serviços de voluntários no total de 06 que compõe a diretoria no exercício de 2022.

## 22. Aplicação dos Recursos

Os Recursos da entidade são aplicados exclusivamente no país, em suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social.



### **23. Do registro dos atos e fatos contábeis exercício 2022:**

As subvenções públicas, por tratarem-se de recursos públicos e, portanto, patrimônio público, constitui-se obrigação da entidade em uso no objetivo específico e detalhado no convênio e aplicação integral para consecução da transformação social proposta. Portanto, no momento de sua liberação condicionada ao uso, contabilizamos como passivo circulante (subvenção pública) por ainda estar passível de devolução em caso de não uso ou de mau uso, já que o passivo representa obrigação da entidade.

A cada etapa elaborada do projeto, nos termos do previsto no convênio, somente neste momento contabilmente os gastos são considerados custos realizados e também reconhecida à receita, pois a partir deste momento o recurso não está mais sujeito à devolução e também neste momento é dada a baixa no passivo, na conta subvenção pública.

### **24. Requisitos Para Imunidade Tributária**

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a. não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b. aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c. mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.



## **25. Requisitos Para Manutenção Da Isenção Tributária**

O **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO - MEPES** é uma entidade beneficente de assistência social, possuidor da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS) sob o nº processo 71000.000518/2010-71 e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº. 12.101/09, cumpri os seguintes requisitos:

### **ESTATUTÁRIOS**

- a. não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- b. aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- c. não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- d. atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- e. tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;
- f. consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei nº. 8.742/93 (LOAS) e Decreto nº. 6.308/07.

### **OPERACIONAIS E CONTÁBEIS**



- a. possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- b. mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- c. conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- d. cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- e. elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

## **26. Gratuidades dos serviços**

Todos os serviços assistenciais oferecidos pela entidade são inteiramente gratuitos, sem cobrança de qualquer valor, nem mesmo a título de reembolso.

Ressaltamos nestas Notas os valores das renúncias estão dispostos em contas específicas no Balancete Analítico em contas de compensação.

Estas renúncias fiscais, são valores não cobrados de tributos federais e municipais sobre a receitas próprias de entidades sem fins lucrativos, onde o poder público renuncia a tais valores para serem reinvestidos nas atividades-fim da entidade, previstas em seu estatuto social.

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº





8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

Tributo	Alíquota (%)	Custo da Isenção (R\$)
Contribuição previdenciária patronal sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais	20,00	4.872.641,94
RAT/SAT	1,00	
Terceiros (Saúde, Educação, etc.)	5,80	
PIS FOLHA	1,00	181.815,00
CSLL	9,00	1.636.334,98
IRPJ	15,00	2.727.224,97
Adicional IRPJ	10,00	1.818.149,98
COFINS	3,00	545.444,99
ISS	5,00	909.074,99
<b>Total da isenção usufruída</b>		<b>12.690.686,85</b>

## 26.1. Resultados Sociais

### 26.2. SERVIÇOS PRESTADOS EM SAÚDE

As gratuidades econômicas totalizaram em atendimentos do sistema único de saúde SUS, atendimentos sociais gratuitos prestados à população, foram atendidas 245.780 pessoas durante o ano de 2022, conforme dados do DATASUS, fornecida pelo CCS.

Porcentagem Internações:

Atendimento SUS: 96,6 %

Tivemos recebimentos com equipamentos, mão-de-obra, materiais para o Hospital Maternidade de Anchieta referente ao valor de R\$ 33.130,00, referente a doações do Bazar Amigos do Bem e do Bazar Solidários do Amor, onde grupos de voluntários prestam serviços em benefícios ao Hospital, referente ao ano de 2022.

Com base nas informações apresentadas pelo Relatório de Atividades 2022 do MEPES, em atendimento ao Decreto nº 2.536/98 e alteração introduzida pelo Decreto nº



4.327/02, o volume de internações e procedimentos realizados em 2022, medida por paciente/dia foi:

**DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS PRESTADOS – SAÚDE**

<b>TIPOS DE ATENDIMENTOS (DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS)</b>	<b>SUS 96,6%</b>
Internações Obstétricas	2
Internações Pediátricas	176
Internações Cirúrgicas	288
Internação Clínica Médica	825
Internações Covid	55
Exames Laboratoriais	6.126
Exames de Imagem	1.994
ECG	305
Procedimentos PS (consultas/Observação/Atendimento Geral)	15.203
Atendimento de Enfermagem	17.242
Administração de Medicamentos	113.178
Pequenas Cirurgias/Procedimentos Invasivos	551
Cirurgias	288
Consulta Médico Cirurgião	288
Consulta Médico Anestesiologista	288
Partos * 1 cesária * Normal	2
Procedimentos de Fisioterapia	1.863
Atendimentos Sociais	3.706
Refeições servidas	83.400
<b>Total de atendimentos</b>	<b>245.780</b>

Fonte: Serviço de Informação do CCS- HPH



#### **a. Atendimento ao SUS**

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09 e decreto nº 7.237/10 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 96,6%.

A entidade desenvolveu suas atividades operacionais dispondo de 54 leitos, sendo que 52 destinados ao SUS, cerca de 96,30 da sua capacidade instalada.

O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na área de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS.

#### **b. Cumprimento De Metas com o SUS**

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto nº. 7.237/10 e artigo 9º item 1 c. da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.

### **26.3. SERVIÇOS PRESTADOS EM EDUCAÇÃO**

A entidade não cobra nenhum valor dos estudantes, por se tratar de entidade filantrópica sem fins lucrativos, presta serviços inteiramente gratuitos em prol da comunidade, no ano de 2022 foram atendidos 2.886 alunos na rede educacional, sendo que desse total, 2.563 alunos regular, 256 alunos do ensino infantil – creches, e 67 alunos ensino técnico gastronomia, os alunos são beneficiados com bolsas 100% gratuitas CEBAS, os alunos das efas estudam em regime de alternância, com recursos públicos e doações.

Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/09 (Educação Básica), a instituição, concedeu Bolsas 100% CEBAS, conforme demonstração abaixo:



<b>Educação Básica, Fundamental, Médio e Técnico – Bolsas 100% Integrais</b>	<b>Alunos/ Beneficiados</b>
EFA OLIVÂNIA	233
EFA ALFREDO CHAVES	139
EFA RIO NOVO DO SUL	65
EFA IBITIRAMA	66
EFA KM 41	122
EFA CASTELO	105
EFA BLEY	277
EFA RIO BANANAL	103
EFA PINHEIROS	44
EFA CHAPADINHA	124
EFA VINHÁTICO	201
EFA MARILÂNDIA	254
EFA GARRAFÃO	200
EFA BOA ESPERANÇA	127
EFA JAGUARÉ	125
EFA BELO MONTE	64
EFA CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	77
EFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE	237
<b>Total EFAS Apuração Custo Aluno</b>	<b>2563</b>
EFTUR PIETROGRANDE - Curso Técnico Serviços Restaurante e Bar	67
CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES	256
<b>Total Geral Atendimentos</b>	<b>2886</b>

**a. Da Concessão dos Recursos Em Assistência Educacional – BÁSICA**

A ENTIDADE, em conformidade com o artigo 13 da Lei nº. 12.101/09 e artigo 25 do Decreto nº. 7.237/10 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei nº. 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de



material didático dos alunos 100 % bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda:

- A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20%, foi elaborada conforme a interpretação literal do artigo 13 da Lei nº. 12.101/09, descrito a seguir:

“ Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1o, pelo menos 20% (vinte por cento)” da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999.

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2022 (considerando a Lei nº. 12.101/09) estão demonstradas a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>EFAS</b>	<b>TOTAL</b>
Receita Bruta de Mensalidade	R\$ 17.140.744,18	R\$ 17.140.744,18
( - ) Bolsas de Estudos Integrais	(R\$ 17.140.744,18)	(R\$ 17.140.744,18)
Mensalidades a Receber – Final	0,00	0,00
<b>Base de Cálculo da Gratuidade</b>	0,00	0,00
<b>Gratuidade Concedida</b>	R\$ 17.140.744,18	R\$ 17.140.744,18
<b>% ALCANÇADO EM GRATUIDADE</b>		<b>100 %</b>

Estes valores estão demonstrados na DRE, como Gratuidades Financeiras – Bolsas de Estudos, na conta de Receitas.



## 27. FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infra-estrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº. 109/09 e Decreto nº. 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

## 28. PROCESSOS JUDICIAIS PERDA POSSÍVEL

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, vem buscando esforços para a construção de acordos judiciais, onde listamos processos com prognóstico de perda possível:

Nº Processo	Valor Reconhecido. (RS)
0000785-94.2020.5.17.0152	55.815,95
0000721-13.2021.5.17.0132	17.637,94
0000036-09.2022.5.17.0152	60.832,41
0002384-95.2018.8.08.0004	1.000,00
0000435-75.2014.8.08.004	172.566,53
0000020-82.2020.8.08.0004	361.976,00
003014-59.2015.8.08.0004	1.000.000,00
<b>Total</b>	<b>1.669.828,83</b>



Processo encontra-se na situação de perda possível, a concretização das tratativas de acordos iniciadas após êxito parcial de recurso e que poderemos definir o valor a ser executado, considerando as incertezas neste momento, não podemos prever este valor, está sendo avaliados vários fatores, com base no parecer do jurídico, os reflexos ainda não se encontram passíveis de reconhecimento, visto a dificuldade de cálculo dos impactos destes fatores na provisão, já que ainda necessita uma maturação do entendimento do judiciário frente aos temas.



## 29. CONVÊNIO DO PODER PÚBLICO E COMPROMISSOS DE DOAÇÕES

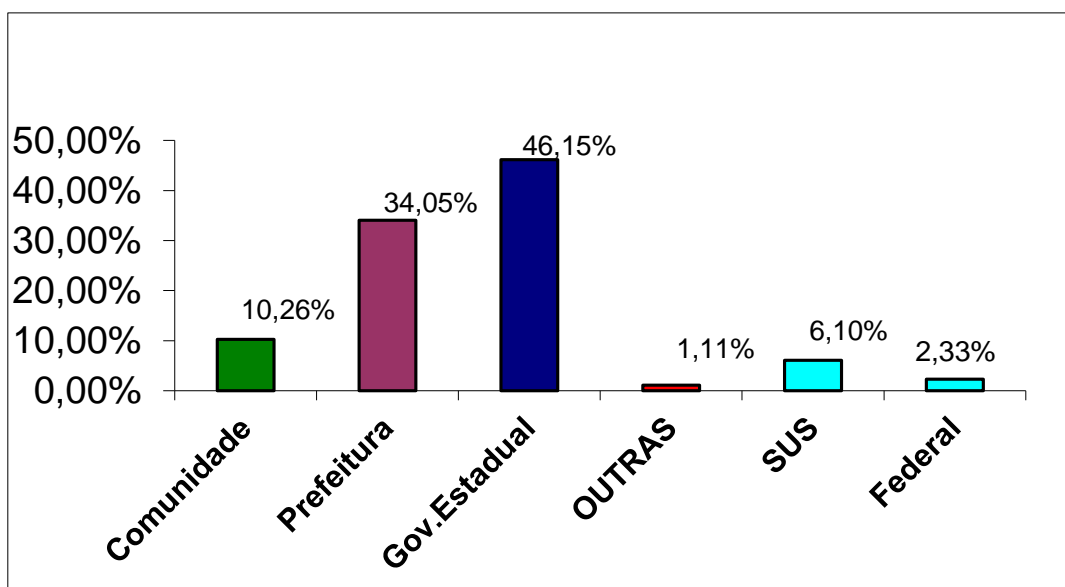
Em 2022 a entidade assinou os seguintes convênios no valor total de R\$ 28.126.582,61 (vinte e oito milhões, cento e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos), distribuídos assim:

<b>Poder Público</b>	<b>Valor</b>
SEDU – Governo do Estado do Espírito Santo	11.744.363,28
Prefeitura Municipal de Anchieta CCS Aditivo	7.170.126,84
Prefeitura Municipal de Anchieta CRECHES	2.258.448,37
Prefeitura Municipal de Anchieta – Olivânia	320.961,862
Prefeitura Municipal de Anchieta – EFTUR	251.194,49
Prefeitura Municipal de Jaguaré	132.000,00
Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves	130.000,00
Prefeitura Municipal de Nova Venécia	310.000,00
Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim	200.000,00
Prefeitura Municipal de Boa Esperança	200.000,00
Prefeitura Municipal de Pinheiros	93.954,00
Prefeitura Municipal de Montanha	130.000,00
Emendas Federais – CCS	574.085,65
Termo de Fomento Sectides, Eftur	197.033,94
Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco	1.155.568,90
SEAG	478.221,50
Termo SEDU (Equip, Biblioteca, Custeio, EFAS)	2.780.623,78
<b>TOTAL</b>	<b>28.126.582,61</b>



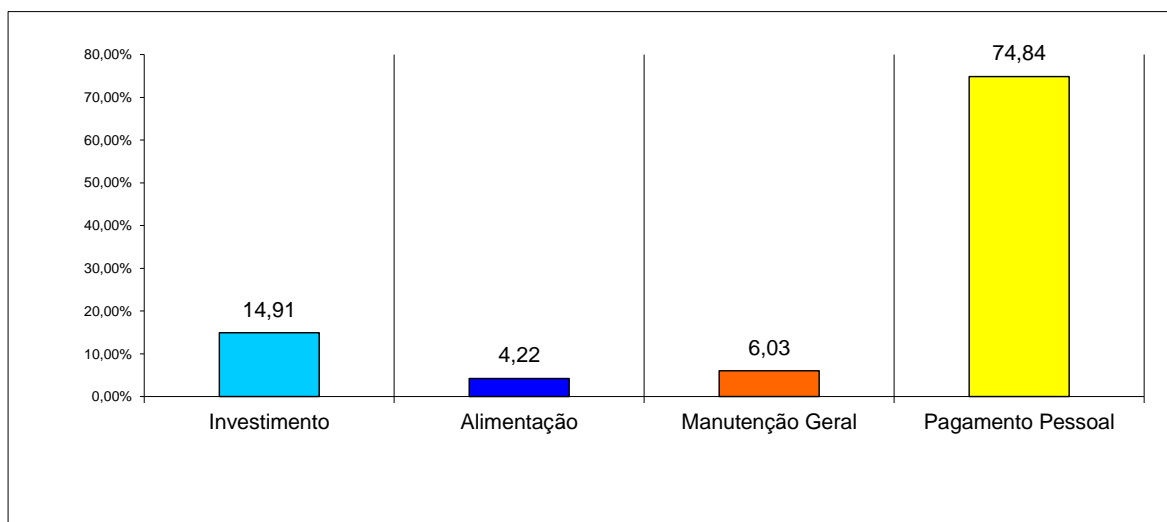
### 30. GRÁFICOS

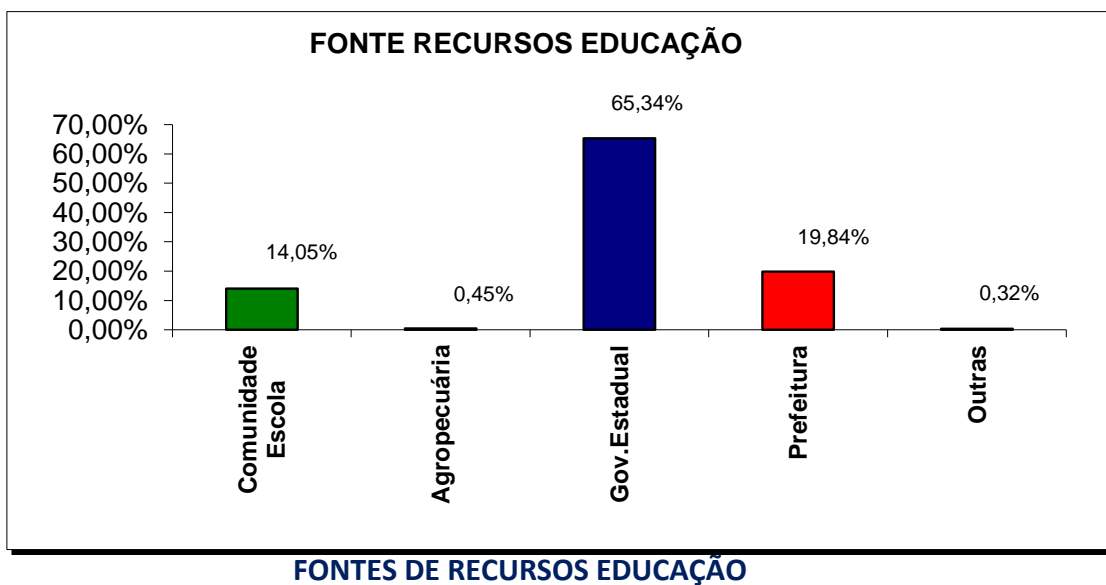
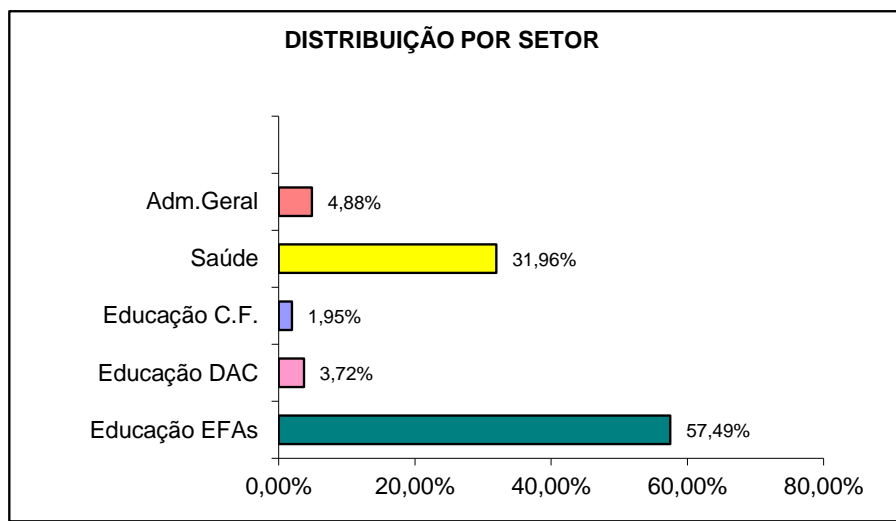
Nos quadros seguintes oferecem em percentuais, a procedência dos recursos, os tipos de despesas em que são utilizados e os setores onde são investidos:

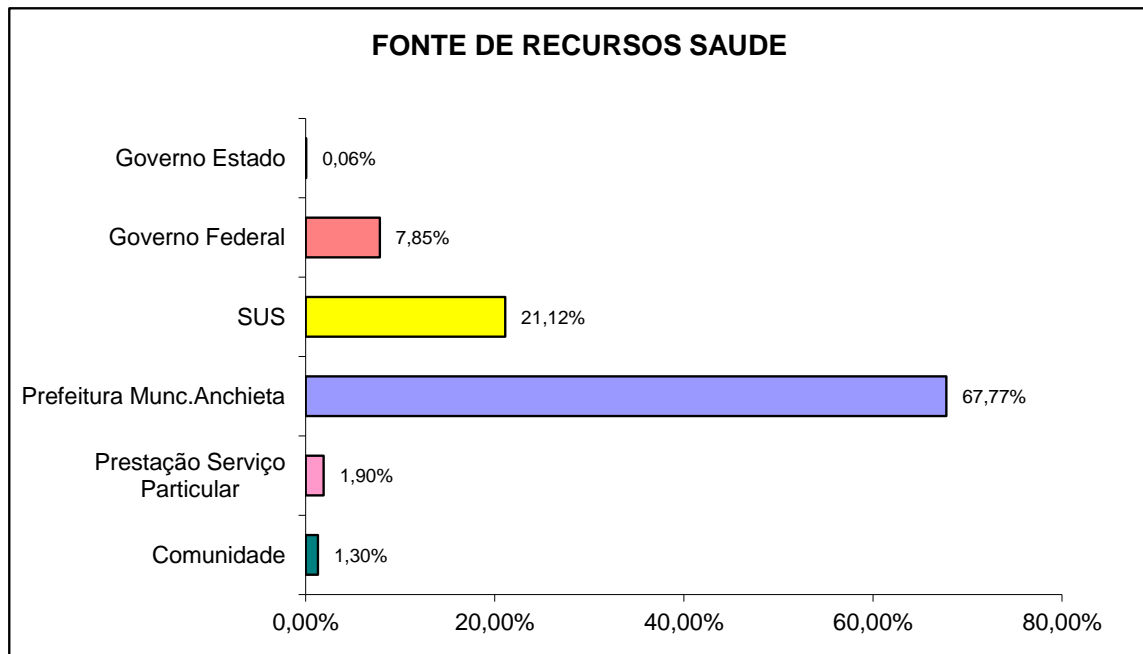


**FONTE DOS RECURSOS FINANCEIROS**

### DISTRIBUIÇÃO POR DESPESA







**FONTES DE RECURSOS SAUDE**

Anchieta- ES, 10 de Março de 2023.

Darci Schaefer  
Presidente do MEPES

Mateus Ramos Scheidegger  
CRC – 15.786/O-ES

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

Aos Administradores e Diretores do  
**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**  
Anchieta - ES.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2022** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO em 31 de dezembro de 2022**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1.000 (R1), combinado com a ITG 2002 (Resolução CFC 1.409/2012).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

### **Outros assuntos**

Os valores correspondentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2021**, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, por ocasião da emissão do relatório datado em 28 de abril de 2022, no qual continha a seguinte ressalva:

- (i) Não realização do teste de recuperabilidade sobre o Ativo Imobilizado;

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 24 de abril de 2023.

**KLAUS XAVIER DE  
OLIVEIRA:01728661  
706**

Assinado de forma digital por  
KLAUS XAVIER DE  
OLIVEIRA:01728661706  
Dados: 2023.05.09 14:19:50 -03'00'

**ACA - AUDITORIA E CONSULTORIA**  
CRC-ES 516/O-5.  
Klaus Xavier de Oliveira  
Contador CRC-ES 11491/O-5